

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA BAMERINDUS LEASING
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Pelo presente Instrumento Particular, como EMISSORA, BAMERINDUS LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Rio Negro 433 Prédio II 1º andar - Alphaville, inscrita no CGC-MF sob nº 44.847.374/0001-12, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e, como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura, e nela Interveniante, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente Emissão, OLIVEIRA BASTOS DTVM LTDA, com sede à Av. Rio Branco 151, grupo 901 - Centro, na cidade de Rio de Janeiro, estado de Rio de Janeiro, inscrita no CGC-MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, vem, por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I
DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base em autorização da Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 19.08.93.

II
DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- 1 - REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07.12.76, e nº 6.404, de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- 2 - ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A Ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a emissão de debêntures será homologada pelo Banco Central do Brasil e arquivada na Junta Comercial de São Paulo.
- 3 - REGISTRO DA ESCRITURA
A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis de Barueri, estado de São Paulo.

III
DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes condições e características:



1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público, sendo a colocação processada mediante a intermediação de instituições financeiras. O Conselho de Administração da EMISSORA, doravante denominado CONSELHO, definirá, para cada uma das séries, o procedimento a ser adotado na distribuição.

2. DATA DE EMISSÃO E DE VENCIMENTO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures de todas as séries será o dia 1º de agosto de 1.993. O CONSELHO determinará as datas de vencimento de cada uma das séries.

3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E DIVISÃO EM SÉRIES

Serão emitidas 210.000 (duzentas e dez mil) debêntures. A emissão será realizada em número indeterminado de séries.

4. VALOR NOMINAL E VALOR DA EMISSÃO

As debêntures terão valor nominal unitário de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros reais) na data de emissão, totalizando CR\$ 21.000.000.000,00 (vinte e um bilhões de cruzeiros reais).

FORMA

As debêntures serão escriturais.

6. NATUREZA E ESPÉCIE

As debêntures serão não conversíveis em ações e da espécie subordinada.

7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição e a forma de pagamento das debêntures de cada uma das séries desta emissão será fixado pelo CONSELHO.

8. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, até o 1º (primeiro) dia de cada mês de vigência das debêntures, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ - IBRE/FGV doravante denominado IGP-M, e o produto da atualização monetária agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista neste instrumento. Então, para cada mês, o valor nominal atualizado será dado por:

$$VNA_n = VN \times \prod_{j=1}^n (1 + IGPM_j), \text{ onde}$$

VNA_n é o valor nominal atualizado até o enésimo mês

VN é o valor nominal na data de emissão

io de Notas e Anexos
sl. GERALDO LUPO
Oficial
omercio de Barueji - SP

IGPM; é a variação do IGP-M, expressa na forma unitária, aplicável a cada um dos meses desde a data de emissão, j variando de 1 a n

- 8.1. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação do IGP-M do mês anterior ao evento, calculada exponencialmente por dias úteis decorridos desde o primeiro dia do mês do evento até a data desse mesmo evento.
- 8.2. Na hipótese de extinção do IGP-M, ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não puder ser utilizado como índice de atualização monetária nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas eludidas emissões, as debêntures desta emissão tornar-se-ão automaticamente indexadas, a partir do evento, pela variação acumulada do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) calculado pelo IBRE/FGV - Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, ou do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observada a ordem estabelecida.

JUROS REMUNERATORIOS

Serão conferidos às debêntures juros fixos ou variáveis, sendo a taxa e o respectivo "Período de Incidência de Taxa de Juros" fixados pelo CONSELHO. Entende-se como "Período de Incidência de Taxa de Juros" o intervalo de tempo durante o qual permanece constante o critério definido pelo CONSELHO.

9. Se for o caso, o CONSELHO deverá deliberar e comunicar aos debenturistas, até 10 (dez) dias antes do encerramento de cada "Período de Incidência de Taxa de Juros", o prazo do próximo "Período de Incidência de Taxa de Juros", a taxa de juros a vigor durante esse período e as datas de vencimentos de juros.
- 9.2. As condições fixadas de acordo com o subitem anterior serão comunicadas aos debenturistas através de aviso publicado no jornal "Gazeta Mercantil", concedendo-se-lhes o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua opção pela aquisição dos títulos pela EMISSORA.

10. PRÊMIO

O CONSELHO poderá, a seu critério, determinar a fixação de prêmios para cada uma das séries desta emissão. Os prêmios serão deliberados a qualquer tempo e comunicados aos debenturistas nos termos do subitem III.9.2, retro.

11. JUROS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros, prêmio e atualização monetária na forma estabelecida no instrumento, bem como mora de 1% (hum por

cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

12. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no item imediatamente anterior, quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste instrumento, após a data dos seus respectivos vencimentos, por quaisquer das condições ora estipuladas, não mais vencerão juros, atualização monetária e prêmio, assegurados os direitos adquiridos até as referidas datas de vencimento. Nenhum atraso ou omissão no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas eximirá a EMISSORA de suas obrigações.

13. PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário.

Notase Anexos
RALDO LUPO
Oficial
do Bônus - SP

VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão, de que trata o presente instrumento, e exigir imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal atualizado monetariamente, calculado exponencialmente por dias decorridos, deduzidas as amortizações já ocorridas, mediante carta protocolada com dez dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b. decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- c. falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito quer lhe tenha sido enviado;
- d. vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, previstas na presente Escritura.

15. RECOMPRA OBRIGATÓRIA

Ao final de cada "Período de Incidência de Taxa de Juros", a COMPANHIA obriga-se a recomprar as debêntures de todos os debenturistas que assim optarem, pelo valor nominal amortizado, atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmios devidos na data da recompra. As debêntures assim recompradas poderão ser revendidas pela COMPANHIA.

16. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do CONSELHO, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante pagamento do respectivo valor nominal amortizado, atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmios devidos na data do resgate, devendo publicar aviso específico com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate



poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio, e será sempre realizado em 1º dia útil de mês.

17. NEGOCIAÇÃO

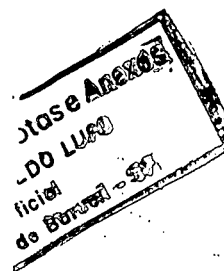
A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação de Títulos - CETIP.

18. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes a rendimentos e amortizações a que fizerem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira - CETIP, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado àquela Central, na sede da EMISSORA ou em instituição financeira contratada para esse fim.

PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de circulação nacional.



IV

DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA 1ª SÉRIE

1. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E VALOR DA SÉRIE

A 1ª série será representada por 70.000 (setenta mil) títulos, totalizando CR\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de cruzeiros reais).

2. DATA DE VENCIMENTO

A data de vencimento coincidirá com a data da 24ª amortização, definida no item 5 desta cláusula.

3. JUROS REMUNERATÓRIOS

Para a 1ª série da emissão, fica definido um único "Período de Incidência de Taxa de Juros", com início no 1º dia do mês subsequente ao da subscrição, salvo se a subscrição ocorrer no primeiro dia útil do mês calendário, quando o período terá início no primeiro dia do mês da subscrição, e vencimento coincidente com a data de vencimento da série, no qual serão conferidos às debêntures juros fixos de 12% (doze por cento) ao ano, pagáveis nas mesmas datas de amortização do principal, conforme previsto no item 5 desta cláusula.

4. PRÊMIO

Para a 1ª série da emissão, fica definido um único "Período de Incidência de Prêmio" que coincidirá com o "Período de Incidência de Taxa de Juros", no qual será atribuído às debêntures prêmio de 2% (dois por cento) ao ano, a ser adicionado linearmente aos juros, pagável nas mesmas datas de amortização do principal, conforme previsto no item 5 desta cláusula.

5. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

A título de amortização do principal, atualização monetária, juros e prêmio, serão efetuados 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e consecutivos.

5.1. O primeiro vencimento ocorrerá no 1º dia do mês subsequente ao mês de início de vigência do "Período de Incidência de Taxa de Juros", e os demais vencimentos no 1º dia de cada um dos 23 meses subsequentes.

5.2. O valor de cada pagamento, por debênture, será dado pela fórmula abaixo:

$$PG_n = PMT_n \times F, \text{ onde}$$

n é o nº de ordem correspondente a cada um dos vencimentos, variando de 1 a 24

PG_n é o valor do enésimo pagamento mensal referente a cada debênture expresso em moeda corrente nacional na data de seu vencimento, incluindo amortização do principal, atualização monetária, juros e prêmio

do Notas é Anexos
GERALDO LUPO
Oficial
Arca do Barueri - SP

PMT_n é o valor de CR\$ 4.762,39 (quatro mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros reais e trinta e nove centavos) atualizado monetariamente desde a data de emissão até a data de vencimento do enésimo pagamento.

F é o fator fixo de ajuste definido de acordo com a seguinte fórmula:

$$F = \{ (1 + IGPM_e) / (1 + IGPM_t) \}^{d_s/d_m}$$

$IGPM_e$ é a variação do IGP-M do mês anterior ao da subscrição, expressa em forma unitária

$IGPM_t$ é a variação do IGP-M do mês da subscrição, expressa em forma unitária

d_s é o número de dias úteis decorridos desde o 1º dia útil do mês da subscrição até a data da subscrição

d_m é o número de dias úteis decorridos entre o 1º dia útil do mês da subscrição e o 1º dia útil do mês imediatamente subsequente.

5.3. O valor de cada pagamento será distribuído em rendimento de juros e prêmio e amortização conforme se segue:

$$r_n = VNA_n \times (1 + 0,14)^{(1/12)}$$

$$AMT_n = PG_n - r_n$$

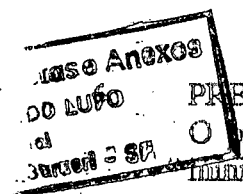
onde:

r_n é o valor do enésimo rendimento mensal de juros e prêmio

VNA_n é o valor nominal atualizado monetariamente desde a data da emissão e ajustado pelo fator "F" acima referido, deduzidas as amortizações já ocorridas, cada uma delas atualizada monetariamente

0,14 é a soma da taxa de juros anual e do prêmio anual, expressa na forma unitária

AMT_n é o valor da enésima amortização mensal



PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

O preço de subscrição será apurado em leilão em Bolsa de Valores. O preço mínimo de cada debênture será dado pela fórmula abaixo:

24

$$PS = \sum_{j=1}^{24} [PMT_s / (1 + 0,17)^{d_j/360}] \text{, onde:}$$

PMT_s é o valor de CR\$ 4.762,39 (quatro mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros reais e trinta e nove centavos) atualizado monetariamente desde a data de emissão até a data de subscrição

0,17 é o rendimento anual máximo a ser admitido no leilão em Bolsa de Valores, expresso na forma unitária unitária.

d_j é o número de dias entre a data de subscrição e o vencimento de cada uma das 24 amortizações programadas

6.1. As debêntures eventualmente não subscritas no leilão referido terão o mesmo preço de subscrição das demais debêntures, operacionalizado pela aplicação da taxa anual de remuneração apurada no leilão à fórmula prevista neste item 6

6.2. Independente de terem sido subscritas ou não no leilão em bolsa, todas as debêntures desta série terão idênticos valores de pagamentos mensais (PG_n), devidos nas mesmas datas, não cabendo, portanto, nenhuma diferenciação entre debêntures desta série, decorrentes da origem da subscrição.

7. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

Será adotado o procedimento diferenciado na colocação das debêntures, conforme artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80, através de leilão em Bolsa de Valores.

7.1. As debêntures eventualmente não colocadas no leilão serão canceladas.

8. FORMA DE PAGAMENTO

As debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional e no ato da subscrição.

V**DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEMAIS SÉRIES**

Caberá ao CONSELHO fixar a época, o montante e as condições de lançamento de cada série, com observância do limite correspondente ao número de debêntures definido no item 3 da cláusula III, ao valor nominal unitário definido no item 4 da cláusula III e atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, pela variação acumulada do IGP-M, atenuando-se essa atualização ao valor nominal da debênture para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação. A emissão de cada série será objeto de aditamento a esta Escritura.

VI**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

A EMISSORA está, adicionalmente, obrigada a:

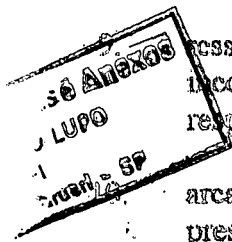
1. fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a. dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b. dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas, do ano, devidamente auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- c. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas Instruções CVM nº 60, de 14.01.87, e nº 73, de 22.12.87, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada instrução; e
- d. imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, conforme item 3 da cláusula III desta Escritura, juros e prêmios, se houver, relativos às debêntures objetos da presente Emissão.**3. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da instrução CVM nº 73, de 22.12.87, bem como fornecer aos seus**

acionistas e debenturistas, com periodicidade mínima de seis meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei 6.404/76.

4. manter, em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituição(ões) financeira(s) autorizada(s) a prestar esse serviço.
5. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros nos termos da Lei nº 6404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras.
6. complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis.
7. manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros.
8. notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias.



necessar o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que este tenha incorrido, para proteger os interesses dos debenturistas, mediante apresentação dos respectivos comprovantes.

arcar com todos os custos e despesas com registros e publicações necessários à presente emissão.

11. utilizar, para veicular todas as publicações legalmente exigidas, inclusive as referentes a esta emissão, o jornal "Gazeta Mercantil".

VII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO, pela presente Escritura, OLIVEIRA BASTOS DTVM LTDA, já qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da Lei e da presente Escritura, representar, perante a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. DECLARAÇÃO

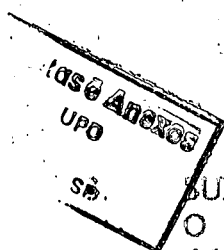
O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, ora nomeado, declara, sob as penas da Lei:

- a. não ter qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15.12.76, e o Artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, para exercer a função que ora ocupa;
- b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c. aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições.

2. REMUNERAÇÃO

Pelo exercício das funções ora atribuídas, a EMISSORA pagará ao AGENTE FIDUCIÁRIO a seguinte remuneração:

- 2.1. uma parcela equivalente a CR\$ 216.207,00 (duzentos e dezesseis mil e duzentos e sete cruzeiros reais) pagos 50% 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da escritura, e 50% 05 (cinco) dias úteis após o registro na CVM, a título de implantação do serviço;
- 2.2. Parcelas semestres equivalentes a CR\$ 270.258,00 (duzentos e setenta mil e duzentos e cinquenta e oito cruzeiros reais), vencíveis em 01.05 e 01.11 de cada ano, sendo a primeira em 01.11.93;
- 2.3. As parcelas dos sub-itens 2.1 e 2.2 acima serão atualizadas monetariamente pelos mesmos índices de atualização do valor nominal das debêntures, a partir da data de emissão até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata-dia" com base no índice do mês anterior, se necessário;
- 2.4. As remunerações não incluem as despesas com publicação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função, a serem cobertas pela EMISSORA, exceto as viagens e respectivas estadias a São Paulo (capital);
- 2.5. As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, executando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**SUBSTITUIÇÃO**

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, após o prazo para distribuição das debêntures, ser substituído em suas funções, por deliberação da Assembleia dos Debenturistas que representarem, no mínimo, a metade das debêntures em circulação, ou por ato da CVM.

- 3.1. Na hipótese de não poder, o AGENTE FIDUCIÁRIO, continuar a exercer as suas funções, por motivos supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição.
- 3.2. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos prescritos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83.
- 3.3. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro do comércio e no registro de imóveis nos quais foi registrada a escritura de emissão.

- 3.4. O AGENTE FIDUCIÁRIO entra no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura de emissão ou do aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniências de conflito de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, ao aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da Escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância de periodicidade na prestação de informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de propostas de modificações das condições das debêntures;
- h. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Junta de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- i. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j. elaborar relatório anual aos debenturistas, nos termos do parágrafo 1º, letra "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - j.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - j.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - j.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;
 - j.4. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - j.5. resgate, amortização, pagamento de juros e prêmio das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela EMISSORA;



- j.6. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- j.7. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- j.8. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- j.9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA na Escritura de emissão;
- j.10. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.
- k. colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo mínimo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos, nos seguintes locais:
 - k.1. na sede da EMISSORA;
 - k.2. no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - k.3. na CVM;
 - k.4. nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - k.5. na instituição que tenha liderado a colocação das debêntures.
- n. publicar, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações, o anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório encontra-se à disposição nos locais indicados nas subalíneas "k" anteriores; convocar, quando necessário, assembleia de debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) dias nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- o. comparecer à assembleia dos debenturistas, a fim de prestar informações que lhe forem solicitadas;
- p. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão junto à EMISSORA e à ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto;
- q. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - q.1. à CVM;
 - q.2. às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - q.3. ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.
- r. coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas, quando for o caso;

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora ou terceiros coobrigados, para a proteção dos interesses da comunidade dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

Notas Anexas
do MPO
ad
Bamerindus - SP

- a. declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar o seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c. representar os debenturistas em processo de intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- d. requerer a falência da EMISSORA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

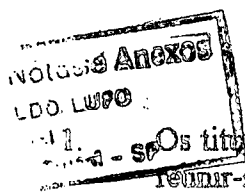
O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a", acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do caput deste item se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação. Na hipótese da alínea "c", será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.

VIII

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS



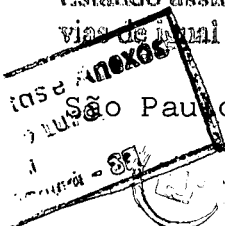
- Os titulares das debêntures de que trata esta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunidade dos debenturistas;
2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representarem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM;
 3. Aplica-se à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei 6.404/76, para a Assembléia Geral de Acionistas;
 4. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturista que representarem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM;
 5. Na hipótese de a Assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o mesmo deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas;
 6. Nas deliberações das Assembléias, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não;

7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representarem, no mínimo, metade das debêntures em circulação;
8. Para efeito da constituição de quorum a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures as pertencentes à EMISSORA.


IX
DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca de Curitiba, estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim, certas e ajustadas, firmam, as partes, o presente Instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também assinam.

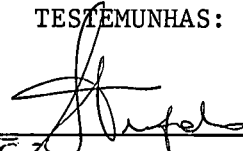


São Paulo, 01 de setembro de 1993.


BAMERINDUS LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL
S/A.


OLIVEIRA BASTOS D.T.V.M. LTDA.

TESTEMUNHAS:


SILVANA TUFOLO
CPF 011.205.608-37


Maria Cristina Fernandes
CPF 798.769.098-87

Assinatura do Debitado	Assinatura do Credor
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista
Assinatura do Avalista	Assinatura do Avalista